

A INFORMAÇÃO NO ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES: Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra”: relato de experiência

INFORMATION AS A MEANS TO FIGHT VIOLENCE AGAINST WOMEN: Reference Center for Women “Ednalva Bezerra”: experience reporting

Gisele Rocha Côrtes*

Maria Cristiana Félix Luciano **

Karla Cristina Oliveira Dias ***

RESUMO

A violência é uma violação dos direitos humanos que afeta milhares de mulheres de todas as idades, de variadas classes sociais e graus de escolaridade em todo o mundo. Um dos grandes desafios nas ações de prevenção e combate à violência contra as mulheres é a visibilidade do fenômeno, por isso é essencial disseminar a informação para prevenir e publicizar a violência, alicerçada em profundas desigualdades de gênero na sociedade. Esta pesquisa abordou a violência contra mulheres, tendo como referência e campo de pesquisa o Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” (CRMEB), da cidade de João Pessoa. Traçamos o perfil das mulheres que acessaram o CRMEB, no período de 2007 a 2011. Para isso, utilizamos a abordagem quantitativa e destacamos a relação com o/a autor/a da violência, a faixa etária, a situação conjugal, a escolaridade, a ocupação, a renda e a caracterização étnico-racial. Os dados apontam que o Centro vem assumindo um papel significativo no atendimento às mulheres em situação de violência em João Pessoa. A informação é essencial para se compreender a dinâmica da violência e fortalecer as políticas públicas na prevenção, na publicização e na garantia dos direitos humanos das mulheres.

Palavras-chave: Violência contra mulheres. Informação. Centro de Referência da Mulher.

ABSTRACT

Violence is a violation of human rights which affects thousands of women of all ages, from different social classes, educational levels worldwide. A major challenge in prevention and combating violence against women is the visibility of the phenomenon, being essential the

dissemination of information to prevention and publicity of violence rooted in deep gender inequalities in society. This study addressed violence against women, having as reference and field of research the Reference Center for Women “Ednalva Bezerra” (CRMEB), of João Pessoa city. We outlined the profile of women who accessed the CRMEB from 2007 to 2011 period, using a quantitative approach, emphasizing the relationship with the violence author, age, marital status, education, occupation, income and ethnic and racial characterization. Data indicate that the Center has taken over a significant role in assisting women in situations of violence in João Pessoa. Information is essential for understanding the dynamics of the situation of violence and to strengthen public policies that are effective in prevention, publicity and ensuring the human rights of women

Keywords: Violence Against Women. Information. Reference Center for Women.

1 INTRODUÇÃO

A violência é uma violação dos direitos humanos que afeta milhares de mulheres de todas as idades, de variadas classes sociais, de diferentes regiões, grupos étnico-raciais, graus de escolaridade e religião em todo o mundo.

Dados do mapa da violência de 2012 indicam que o Brasil ocupa a sétima posição na incidência de homicídios de mulheres, num ranking mundial de 84 países. De 1980 a 2010, triplicou o número de mortes, e foram

assassinadas acima de 92 mil mulheres no Brasil, 43,5 mil só na última década¹ (WAISELIZ, 2012).

O estado da Paraíba se encontra em 7º lugar, e João Pessoa, em 2º, no ranking de taxas de homicídio feminino (WAISELIZ, 2012). De acordo com o Dôssie (MOVIMENTO..., 2012), somente neste ano, na Paraíba, foram assassinadas 91 mulheres, e 62 sofreram estupro. Dentre os feticídios, está o assassinato de Brigidda Lourenço, professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Ao longo dos anos, as pesquisas evidenciam que, na maioria dos casos, a violência é cometida pelo próprio “companheiro”/marido, na residência. Outros agressores citados são o ex-marido, o ex-“companheiro” e o ex-namorado, que, adicionados ao marido ou parceiro, compõem significativa maioria em todos os casos (AMARAL et. al., 2001; VENTURI; RECAMÁN; OLIVEIRA; 2004, FUNDAÇÃO..., 2010).

São diversos os prejuízos causados pela violência física, sexual, patrimonial e psicológica na saúde física e emocional das mulheres. As pesquisas evidenciam distúrbios gastrointestinais, lesões, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez não desejada, sentimento de culpa, depressão, ansiedade e suicídios (OLIVEIRA, 2005, VILLELA, 2008).

Um dos maiores desafios nas ações de prevenção e de enfrentamento aos crimes cometidos contra as mulheres, no Brasil e na América Latina, incide na carência de informações estatísticas oficiais sobre a problemática, que limita as ações dos órgãos de atendimento e a materialização de pesquisas para a compreensão do fenômeno (NJAINE, et al., 1997; CAMARGO AQUINO, 2003; OKABE; FONSECA, 2009; FERREIRA, 2007; PRÁ, 2010).

A informação ocupa uma posição de centralidade para que as mulheres tenham acesso aos serviços disponíveis na rede de atendimento, conheçam os seus direitos e se fortaleçam para superar o medo, a vergonha, o isolamento e o preconceito, que perpassam a dinâmica da violência. A insuficiência, a ambiguidade e a falta de consistência de informação, nas organizações, impedem a visibilidade e o dimensionamento da violência de gênero e dificultam a implantação de políticas públicas eficazes para garantir a vida das mulheres.

Existem distintos estudos na Ciência da Informação dinamizando a informação como ação transformadora dos problemas sociais (GARCIA; TARGINO, DANTAS; 2012), mas há escassez de produções referentes à informação e relações de gênero. Conforme Santos (2008), que fez um levantamento nas pesquisas, com enfoque nos estudos de gênero, produzidas pelas linhas de pesquisa em Ciência da Informação (CI), no período entre os anos 2000 e 2007, no Brasil e no mundo, poucos são os estudos publicados².

No tocante à violência contra mulheres, a situação é potencializada. Em um levantamento feito na Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no período de 1972 a 2012, no total de 7235 textos publicados em 35 periódicos nacionais impressos e eletrônicos da área de CI, não localizamos trabalhos sobre informação e violência contra mulheres, o que confirma a carência de estudos nessa área³.

Nesta pesquisa, realizada no âmbito do Programa Institucional de Voluntários/as de

¹A pesquisa foi realizada no contexto de 84 países do mundo, com dados da Organização Mundial de Saúde, no período de 1996 a 2010.

²A autora realizou um estudo através de artigos de autores, indexados no portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e apresentados no Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), no período de 2000-2007. No total, foram recuperados 18 artigos publicados por autores estrangeiros, em 14 revistas internacionais, seis artigos publicados em revistas nacionais, e quatro, em cinco edições do ENANCIB.

³Para recuperar a informação, utilizamos todos os campos de pesquisa (título, palavras-chave, resumo e autor/a) da BRAPCI, com as expressões: violência contra mulher/es e violência doméstica contra mulheres.

Iniciação Científica (PIVIC/UFPB), no período de 2011 a 2012, caracterizamos o perfil das mulheres que acessaram o Centro de Referência da Mulher “Ednalda Bezerra” (CRMEB), serviço do programa de prevenção e enfrentamento à violência contra mulheres, do município João Pessoa/PN⁴.

A importância do tema para a Ciência da Informação se fundamenta na premissa da responsabilidade social da Ciência da Informação, que é de ‘facilitar’ a transmissão/o compartilhamento do conhecimento, por meio de tecnologias da informação, e, por conseguinte, “a proposição de uma responsabilidade social [pode ser reconhecida] como a práxis dos cientistas da informação” (FREIRE, 2003, p. 50). Nesse sentido, a autora propõe a responsabilidade social dos(as) profissionais da informação, na sociedade contemporânea, que, na visão de Lima (2011, p. 24), é de “estabelecer diferentes tipos de relação entre o emissor de conteúdo informativo”, para facilitar a transmissão do conhecimento para aqueles (as) que dele necessitam, no caso específico, para o resgate da cidadania feminina.

2 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará - conceitua a expressão violência contra a mulher como “[...] qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause ou passível de causar morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico à mulher, tanto na esfera pública como na esfera privada” (10 ANOS..., 2004).

Refletir sobre a violência contra mulheres, tendo como enfoque as relações de gênero, implica descortinar uma série de disposições sociais, de conceitos normativos, de símbolos culturalmente disponíveis, enfim, de poderes

desiguais entre mulheres e homens, construídos historicamente.

O uso do conceito relações de gênero surgiu no Brasil, em meados dos anos 1980, por meio de um frutífero diálogo entre academia e movimento social, e foi introduzido nas Ciências Sociais por meio do movimento feminista, em seus questionamentos e reivindicações sobre a situação social das mulheres (SCAVONE, 2010). Seguindo a conceituação metodológica, analítica e histórica de Scott (1990), “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, é um modo primordial de dar significado às relações de poder [...]” (SCOTT, 1990, p.14).

A interpretação da organização social sobre as diferenças percebidas entre os sexos e a construção e a distribuição de relações de poder embutidas nessa lógica subsidiam os processos de opressão das mulheres em diferentes esferas: na inserção no mercado de trabalho segregado e discriminatório, na menor representatividade das mulheres na liderança de pesquisa, na ausência de paridade entre a representação feminina e masculina na política, na desvalorização do trabalho doméstico, nas informações estereotipadas e machistas sobre as mulheres veiculadas pelos meios de comunicação e nas violências e nos feminicídios cometidos contra elas (SCOTT, 1990, OLINTO, 2006, FERREIRA, 2003, RABAY; CARVALHO, 2011).

As desigualdades de gênero estão entrelaçadas e imbricadas por outras duas contradições básicas estruturantes de desigualdades sociais: a raça/etnia e a classe social, que se mesclam, cruzam-se e potencializam a configuração da violência (SAFFIOTI, 2004). A questão da orientação sexual, também constitui um marcador social que se entrelaça na construção das desigualdades sociais, aumentando a vulnerabilidade de mulheres lésbicas. E a heterossexualidade obrigatória como um

⁴O projeto terá continuidade com o mapeamento e a articulação de outras variáveis, tais como: tipo de moradia, canais pelos quais as mulheres tomaram conhecimento do CRMEB, tipo de violência sofrida e com a realização de entrevistas qualitativas com mulheres atendidas no CRMEB.

regime normativo é estruturante na configuração das relações sociais. (SOARES, SARDEMBERG, 2012)

No Brasil, a tematização pública da violência contra mulheres teve início a partir do final dos anos 1970 e início dos anos 1980. O movimento feminista e o movimento de mulheres configuraram-se como protagonistas da politização da violência contra mulheres no país, na década de 1970, porquanto transgrediram dicotomias e fronteiras e inseriram, no espaço público, o debate e a denúncia referentes a crimes considerados de cunho privado, alheios à responsabilidade do Estado (MORAES, 2003; TELES; MELO, 2003).

Nesse sentido, a existência de um padrão continuado de defesa e impunidade dos assassinos, alicerçados na legítima defesa da honra, consolidou formas variadas de organização dos movimentos. (ALMEIDA, 1998; SUAREZ; BANDEIRA, 2002). Através das campanhas “Quem ama não mata” e “O silêncio é cúmplice da violência”, mobilizaram a sociedade, em torno de denúncia a diversas expressões de violência dirigidas às mulheres não reconhecidas como crime.

Somente em meados dos anos 1980 e início da década de 1990, com a pressão do movimento de mulheres e de feministas para que os governos implantassem políticas públicas de enfrentamento à violência contra mulheres, foram criados, em algumas regiões do país, órgãos especializados de atendimento, como as Delegacias Especiais em Atendimento às Mulheres (DEAMs), os Programas de Atenção às mulheres vítimas de violência sexual em maternidades, com a garantia do aborto previsto em lei, as Casas-Abrigo e os Centros de Referência da Mulher.

As assimetrias de gênero, inscritas nas estruturas objetivas e subjetivas, ainda hoje, impõem resistências para a implantação e a estruturação qualificada dos serviços. Por essa razão, a sociedade precisa atuar de forma

mais articulada, a fim de coibir a violência de gênero.

Atualmente, de acordo com informações no site⁵ da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), existem 381 Delegacias de Atendimento à Mulher, 213 Centros de Referência de Atendimento à Mulher, 72 Casas Abrigo, 59 Defensorias Especializadas de atendimento à Mulher, 48 Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e 29 Promotorias Especializadas/Núcleos de Gênero do Ministério Público. Um dos desafios que esses órgãos enfrentam, no que diz respeito ao enfrentamento desse tipo de violência e ao cumprimento da Lei Maria da Penha, Lei n. 11.340, implantada em 07 de agosto de 2006, incide na subnotificação, na ausência de sistematização dos dados oficiais e de estatísticas que permitam dimensionar oficialmente a violência de gênero.

2.1 VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES E INFORMAÇÃO

Em análise das estatísticas públicas no Brasil, Oliveira (2005) indica a necessidade de uma política de informação na área de gênero para diagnosticar a situação social das mulheres, assim como as dificuldades que impedem a superação das relações de desigualdade entre homens e mulheres nos distintos espaços sociais.

Uma política explícita de informação na área de gênero, tomando como referência às estatísticas públicas, deve ser entendida enquanto um direito de cidadania. O exercício da cidadania feminina passa necessariamente pelo acesso e pelo uso da informação, bem como pela sua ampla disseminação. As estatísticas de gênero se constituem em um bem público. Nesse sentido, deve caber ao Estado, nos níveis federal, estadual, municipal de governo, o desenvolvimento de uma política de

⁵https://sistema3.planalto.gov.br//spm/atendimento/atendimento_mulher.php?uf=TD.

informação explícita nessa área. (OLIVEIRA, 2005, p. 4).

Uma das barreiras para a materialização de pesquisas, ação governamental e controle social da violência, no Brasil e na América Latina, segundo Prá (2010), não incide na ausência de dados, mas na dispersão, na imprecisão e na falta de sistematização deles. “Em muitos casos, a estratégia adotada pelos estudos acaba sendo a utilização de dados provenientes de diferentes fontes – como registros policiais, registros médico-legais, processos judiciais, documentos do Ministério Público, e uma das fontes mais utilizadas, a imprensa escrita” (PASINATO, 2011, p.15).

A falta de uniformização no registro dos casos, a deficiência no estabelecimento de um consenso sobre a melhor definição e delimitação do fenômeno, a neutralidade de gênero, raça/etnia nas práticas estatísticas, a inexistência de um sistema integrado de registro de ocorrência entre os órgãos, a falta de percepção de profissionais das organizações, quanto à necessidade de produzir e sistematizar a coleta de dados, dificultam o monitoramento e as investigações sobre a temática (OLIVEIRA, 2005; FERREIRA, 2007, PRÁ, 2010, PASINATO, 2011).

Podemos inferir que as conquistas obtidas com a globalização, com os avanços das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), com a proliferação de sistemas de informação e com a implantação de uma rede planetária de telecomunicações e de informações, que diminui distâncias, “criando [] uma nova noção de integração e comunicabilidade” (NJAIN et al., 1997, p. 2), não se refletem na produção, na organização e na disseminação de dados sobre violência contra mulheres no Brasil. Essa situação agrava a banalização, a impunidade e as relações desiguais de poder que imperam sobre a violência contra mulheres, considerada fora do estaque público, alheia

à responsabilidade do Estado, principalmente quando ocorre no domicílio.

Assim, a informação configura-se como um elemento basilar no processo de mudança dessas estruturas de conhecimento, tais como a naturalização e a complacência à violência e a visão estereotipada sobre a conduta das mulheres, uma vez que gera novas formas de compreensão, ação e intervenção dos sujeitos sociais, ou seja, é “[...] capaz de criar ou informar novos contextos de significado [...]” (NASCIMENTO, MARTELETO, 2004, p.8). Contudo, é importante frisar que o termo informação tem vários conceitos, de acordo com as diferentes abordagens teórico-metodológicas. Nessa pesquisa, utilizamos as definições de Le Coadic (2004) e de Capurro; Hjørland (2007).

Na ótica de Le Coadic (2004), a informação é o significado transmitido a um ser consciente, através de uma mensagem ancorada em um suporte espacial-temporal. “[...] é um conhecimento inscrito (registrado) em forma escrita (impressa ou digital), oral, audiovisual, em um suporte” (LE COADIC, 2004, p.4, destaque do autor).

Para Capurro e Hjørland (2007), o conceito de informação tem seu alicerce na perspectiva histórica e hermenêutica, e em cuja proposta é imprescindível conceber o sujeito cognitivo, os processos interpretativos, os diferentes contextos, as mídias e a função social dos sistemas de informação. Nessa perspectiva, a informação é dinamizada por agentes sociais, em contextos, mecanismos e critérios construídos historicamente.

A geração, coleta, organização, armazenamento, recuperação, disseminação e transformação da informação deve, portanto, ser baseada em visões/teorias sobre os problemas, questões e objetivos que a informação deverá satisfazer. Em bibliotecas públicas, esses objetivos estão relacionados à função democrática da biblioteca pública na sociedade [] nos estudos femininos, à

compreensão e emancipação das mulheres [...]” (CAPURRO; HJORLAND, 2007, p. 188)

Tomando como base o pensamento de Le Coadic (2004) e de Capurro; Hjørland (2007), acreditamos que a disponibilização das informações dinamizadas pelo CRMEB tem poder para produzir percepções, significados e ações que subvertem/ressignificam as disposições deterministas e naturalizantes, que alicerçam a violência contra as mulheres. Nesse contexto, a gestão da informação é fundamental para se aperfeiçoar o planejamento de ações e tomar decisões condizentes com as necessidades informacionais das mulheres. O objetivo principal da gestão da informação, segundo Tarapanoff (2001, p. 44), “[...] é de identificar e potencializar os recursos informacionais de uma Organização e sua capacidade de informação [] é ensiná-la a adaptar-se às mudanças ambientais”.

Choo (2003), em discussão sobre a dinâmica processual da gestão da informação, aponta como elementos fundamentais nas organizações a identificação de necessidades de informação, aquisição, organização e armazenamento, desenvolvimento de produtos e serviços e distribuição e utilização da informação, com o objetivo de gerar conhecimento e tomar decisões. Ocorre, entretanto, que muitas organizações não empregam técnicas e instrumentos para potencializar o acesso, a recuperação e o fluxo informacional, devido às complexas demandas de atendimento, a falta de sensibilização sobre a importância dos dados, à infraestrutura e ao grande volume de gerados.

Duarte, Silva, Costa (2007), Rezende, Abreu (2003), Garcia (2008) enfatizam que a gestão da informação constitui elemento fundamental para minimizar a imprecisão e a ambiguidade da informação e atender, garantir e potencializar a eficiência dos recursos informacionais necessários e o

cumprimento dos objetivos da unidade de informação.

2.2 CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER: UNIDADE DE INFORMAÇÃO

Os Centros de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) compõem a rede de atendimento às mulheres em situação de violência, balizada pela Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, do governo federal, dividida nos setores de Saúde, Justiça, Segurança Pública e Assistência Social (BRASIL, 2011). São equipamentos públicos específicos para o acolhimento/atendimento psicológico e social, orientação e encaminhamento jurídico para as mulheres em situação de violência, com o objetivo de fortalecer e resgate sua cidadania. (BRASIL, 2006)

O primeiro órgão implantado no país com essas características foi a Casa Eliane de Grammont/SP, criada em 09 de março de 1990. Em 2002, existiam apenas 17 centros em âmbito nacional (SILVEIRA, 2006)⁶. Desde 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM) e o lançamento do “Programa de Prevenção, Assistência e Combate à Violência contra a Mulher”, os centros de referência da mulher têm ganhado maior expressão no que tange à política nacional. Em 2003, existiam 36 centros, em 2007, o número passou para 110 e, atualmente, 213 serviços estão implantados no país (BRASIL, 2011). Houve avanços, mas a quantidade de órgãos é insuficiente devido à dimensão da violência contra mulheres, o que configura a falta de compromisso de governos nos níveis estaduais e municipais com a implantação de ações para a promoção da igualdade de gênero.

⁶Importante destacar a existência do SOS Mulher, preconizado e mantido por militantes feministas, que atendia às mulheres em situação de violência. O primeiro SOS foi implantado em Recife, em 1978. A prática do SOS nasceu nos Estados Unidos e em países europeus como a Inglaterra e a França, no início dos anos 70 (GREGORI, 1992, SUÁREZ, BANDEIRA, 2002).

Os CRAMs ampliaram o raio de ação das políticas públicas de combate à violência, antes pautadas na ótica da segurança, atuando na ruptura da situação de violência por meio de ações globais, atendimento interdisciplinar, na perspectiva de prevenir e preservar os direitos das mulheres. (BRASIL, 2011) Nesse sentido, os centros de referência da mulher configuram-se como unidades de informação que, cotidianamente, produz conteúdos informacionais de subversão e de ressignificação de estruturas históricas e cristalizadas que alicerçam a dominação masculina e contribuem para resgatar a autoestima, a autonomia e a emancipação das mulheres em situação de violência.

Nas trilhas de Tarapanoff; Araújo Júnior e Cormier (2000, p. 2), as unidades de informação, os sistemas de informação e de documentação, os centros e as bibliotecas foram e são, tradicionalmente, organizações sociais sem fins lucrativos, cuja característica, “é a *prestação de serviços* para os indivíduos e a sociedade, de forma tangível (produtos impressos) ou intangível (prestação de serviços personalizados, pessoais, e hoje, cada vez mais, de forma virtual – em linha, pela Internet)”.

As organizações, segundo Valentim (2006), geram e utilizam distintas naturezas informacionais, uma delas é a informação estatística, que subsidia áreas estratégicas e identifica, em termos percentuais e/ou numéricos, questões fundamentais das organizações. No caso dos CRAMs, a informação estatística é “[...] de suma importância para redirecionar estratégias, qualificar procedimentos, definir metas e assegurar linhas de financiamento” (BRASIL, 2006, p.25).

Partindo da concepção de Rezende, de Abreu (2003) e de Silva (2007) de que dados constituem um conjunto de letras, números, registros qualitativos ou quantitativos que, lapidados e organizados, com atribuição de significados, transformam-se em informação,

a implantação da gestão da informação no CRMEB, através da sistematização dos dados estatísticos, pode apoiar e potencializar o processo de geração e compartilhamento de conhecimentos e saberes relevantes para o desempenho das ações de atendimento às mulheres em situação de violência.

Dados estatísticos no Brasil ainda são pouco sistematizados e muitas vezes deficitários. Quando encontrados, estão dispersos e oferecem poucos subsídios para aprofundar a conhecimento dos diversos aspectos atinentes à condição feminina. Lacunas nas fontes de informação sobre tópicos prioritários para a análise de gênero dificultam a mediação direta de fenômenos específicos. Assinale-se que, apesar do incremento do interesse acadêmico e político no tema mulher, a capacidade estatística é insuficiente para gerar informação em áreas chave, entre elas na concernente à violência de gênero. Nesse sentido, é imperativo outorgar apoio técnico e capacitar agentes governamentais a fim de fortalecer a aplicação de programas, projetos e mecanismos orientados à igualdade de gênero [...] (PRÁ, 2010, p. 100)

3 METODOLOGIA

A abordagem metodológica desta pesquisa se pautou no caráter interativo das pesquisadoras com a comunidade pesquisada, no processo de construção de interfaces de organização e comunicação da informação.

Segundo Thiollent (1997, p. 36), a pesquisa-ação implica uma percepção de ação, que “requer, no mínimo, a definição de vários elementos: um agente (ou ator), um objeto sobre o qual se aplica a ação, um evento ou ato, um objetivo, um ou vários meios, um campo ou domínio delimitado”. Consiste no entendimento da pesquisa inserida na ação, pois os atores envolvidos participam em conjunto com os/as pesquisadores/as, a fim de elucidar a realidade em que estão inseridos/as (THIOLLENT, 1997).

Thiollent (1997, p. 44) considera a existência de quatro fases na pesquisa-ação:

a fase exploratória (diagnóstico para identificar um problema); a fase principal (planejamento da ação, considerando as ações como alternativas para resolver o problema); a fase de ação (execução das ações, com seleção de um roteiro de ações); a fase de avaliação (avaliação das consequências da ação).

O estudo ancora-se numa abordagem quantitativa, com a qual objetivamos classificar e descrever os indicadores e as tendências observáveis do perfil das mulheres atendidas (MINAYO; SANCHES, 1993). Utilizamos a pesquisa exploratória para obter uma visão geral do Centro de Referência da Mulher, ou seja, conhecer a equipe, a estrutura de funcionamento e os serviços oferecidos.

O procedimento de coleta de dados foi dinamizado por meio da pesquisa documental, com foco nas fichas de atendimento individual das mulheres que acessaram o CRMEB⁷, que são preenchidas pelas profissionais do CRMEB e estavam organizadas e armazenadas em caixas-arquivo, separadas por ano, com numeração crescente. Algumas fichas têm documentos anexos como, por exemplo, Boletim de Ocorrência, Laudo de Saúde. Organizamos, em parceria com integrantes da equipe, as fichas que continham nome, numeração repetida e informações ambíguas. Alguns dados não preenchidos nas fichas de atendimento foram resgatados por meio de informações obtidas com profissionais da equipe e em documentos anexados nas fichas⁸. Posteriormente, criamos categorias

classificadoras para padronizar as variáveis e transferir todos os dados para o *Excel*[®].

Organizamos, classificamos e agrupamos os registros de 1227 mulheres, que acessaram o CRMEB, entre os períodos de 2007 a 2011, e criamos, através do computador, um banco de dados. A análise dos dados, para mapear o perfil das mulheres, foi dinamizada através da estatística descritiva. Para fins deste artigo, apresentaremos os gráficos referentes à relação com o/a autor/a da violência, à faixa etária, à situação conjugal, à escolaridade, à ocupação, à renda e à caracterização étnico-racial.

3.1 UNIVERSO DA PESQUISA: Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra

O Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” (CRMEB), implantado no dia 14 de setembro de 2007, está ligado à Secretaria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres (SPPM) de João Pessoa⁹. A equipe multiprofissional realiza acolhimento, atendimento social, psicológico, jurídico e arte-educação com as mulheres em situação de violência doméstica e familiar.¹⁰ O órgão presta uma homenagem à Ednalva Bezerra, referência do movimento feminista e sindicalista lutadora pelos direitos trabalhistas das mulheres.

O equipamento funciona de segunda a sexta-feira, das 7h00 às 19h00, e atende às mulheres de João Pessoa, Bayex, Cabedelo, Santa Rita e Conde.¹¹ A mulher que procura o equipamento é acolhida pelas profissionais

⁷Agradecimentos especiais à Mônica Brandão, assistente social do CRMEB, pela colaboração na organização e no resgate das informações dos registros de atendimento, e às alunas Laizlla Cristie da Silva Ferreira e Francisca Rosimeire Lima, graduandas do Curso de Biblioteconomia (UFPB), que contribuíram para a coleta dos dados.

⁸ Para potencializar o registro, a coleta e a disseminação de informações, está sendo desenvolvido o projeto de extensão: “Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra: digitalização das informações e criação de ambiente virtual”, visando à automação das fichas de atendimento. O projeto está vinculado ao Laboratório de Tecnologias Intelectuais do Departamento de Ciência da Informação -

Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenado pela Professora Dra. Isa Maria Freire, e executado com as professoras Ms. Patrícia Maria da Silva e Ms. Julianne Teixeira e Silva (DCI-UFPB). Está sendo desenvolvido em parceria com a equipe do Sistema de Informação Municipal (SIM) da prefeitura de João Pessoa (PMJP).

⁹A SPPM foi criada em 29 de março de 2010, modificando a Lei 10.429, de 14 de fevereiro de 2005, que havia criado a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Mulheres.

¹⁰A equipe é formada por atendentes, arte-educadora, psicólogas, seguranças, motorista, advogadas, assistentes sociais, coordenadora, coordenadora administrativa e prestadora de serviços gerais.

¹¹ Em 2011, foi estabelecido convênio entre a prefeitura e o governo do Estado, através da Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), para ampliar o atendimento para a grande João Pessoa.

que, depois de escutá-la, encaminham-na para o atendimento necessário no próprio CRMEB ou para serviços externos da rede de atendimento - serviços de assistência social, de justiça, segurança, saúde, entre outros.

O CRMEB realiza ações de intervenção na comunidade, através da realização de palestras e oficinas para formação em relações de gênero, do serviço de orientação e informação, via telefone, para direcionar as mulheres aos serviços existentes no Estado e Município. Os canais de informação utilizados para disseminar o órgão e os direitos das mulheres são: cartilhas, panfletos, campanhas e propagandas nos meios de comunicação. O

CRMEB também integra a Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência (REAMCAV) e participa de suas reuniões mensais.

Os dados apresentados nesta pesquisa constituem o primeiro mapeamento do perfil das mulheres atendidas no CRMEB, desde sua criação em 2007.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES PRELIMINARES

No período de 2007 a 2011, um mil duzentas e vinte e sete mulheres procuraram o órgão. O Quadro 1 mostra como foram distribuídas de acordo com o ano:

Quadro 1 – Mulheres atendidas

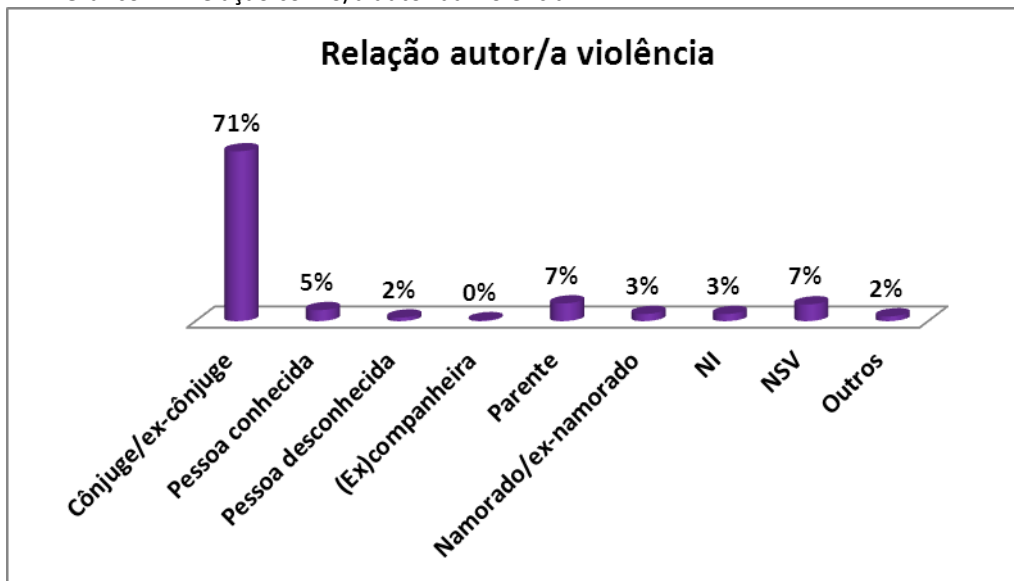
| ANO | MULHERES ATENDIDAS |
|------|--------------------|
| 2007 | 152 |
| 2008 | 297 |
| 2009 | 285 |
| 2010 | 268 |
| 2011 | 225 |

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Em consonância com dados nacionais, de pesquisas realizadas por Waiselfisz (2012), Ventturi; Recamán e Oliveira (2004), a maioria das mulheres (74%) que acessaram o serviço afirmam ter sofrido violência psicológica, física, patrimonial, moral, sexual e ameaças de morte de cônjuges, ex-cônjuges (companheiro, ex-“companheiro”, marido e ex-marido), namorados e ex-namorados. Conforme indica o Gráfico 1, somente 7% das mulheres que procuraram o CRMEB afirmaram não ter sofrido algum tipo de violência (NSV). São as que recorreram ao

órgão em busca de informações sobre questões jurídicas, atendimento psicológico, oficinas, entre outros. Importante também registrar a baixa incidência de violência cometida por desconhecidos, além dos ex-“companheiros”, maridos e namorados, as mulheres, em geral, sofreram violência de parentes e pessoas conhecidas, a maioria homens. A proporção de mulheres que acessaram o CRMEB e sofreram violência no âmbito de relações afetivas entre mulheres, ao longo dos cinco anos, é inexpressiva, não chegou a 1%.

Gráfico 1 – Relação com o/a autor da violência



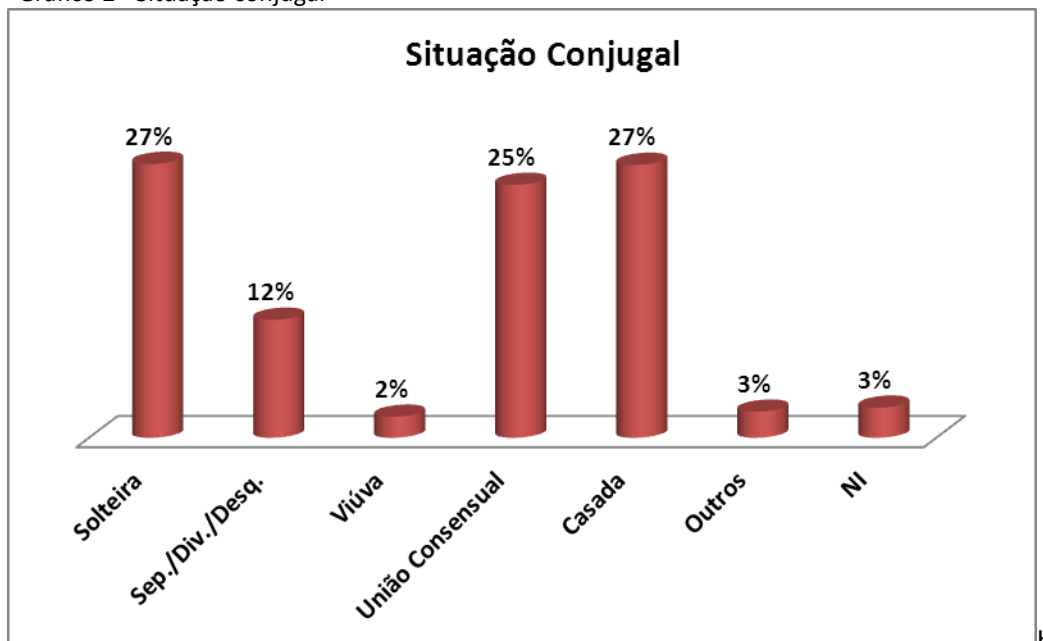
As siglas NI e NSV significam: Não informado e Não sofreu violência.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Esses dados revelam que as violências cometidas contra as mulheres não são aleatórias nem acidentais, estão baseadas em profundas relações de poder construídas historicamente, que alocam a categoria social homens poderes para normatizar, controlar e disciplinar a vida e a conduta das mulheres, utilizando diferentes formas de humilhação e de privação (SAFFIOTI, 1992).

No que refere à situação conjugal das mulheres atendidas no CRMEB, os dados apontam estes resultados: 27% declararam-se solteiras; 52%, casadas ou em união consensual; 12% são separadas, divorciadas ou desquitadas; 2%, viúvas; e 3% não possuíam o registro da situação conjugal.

Gráfico 2 - Situação conjugal



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

As mulheres casadas e em uniões estáveis compõem a metade das que acessaram o

equipamento. Não podemos afirmar que são mais suscetíveis à violência, mas podemos

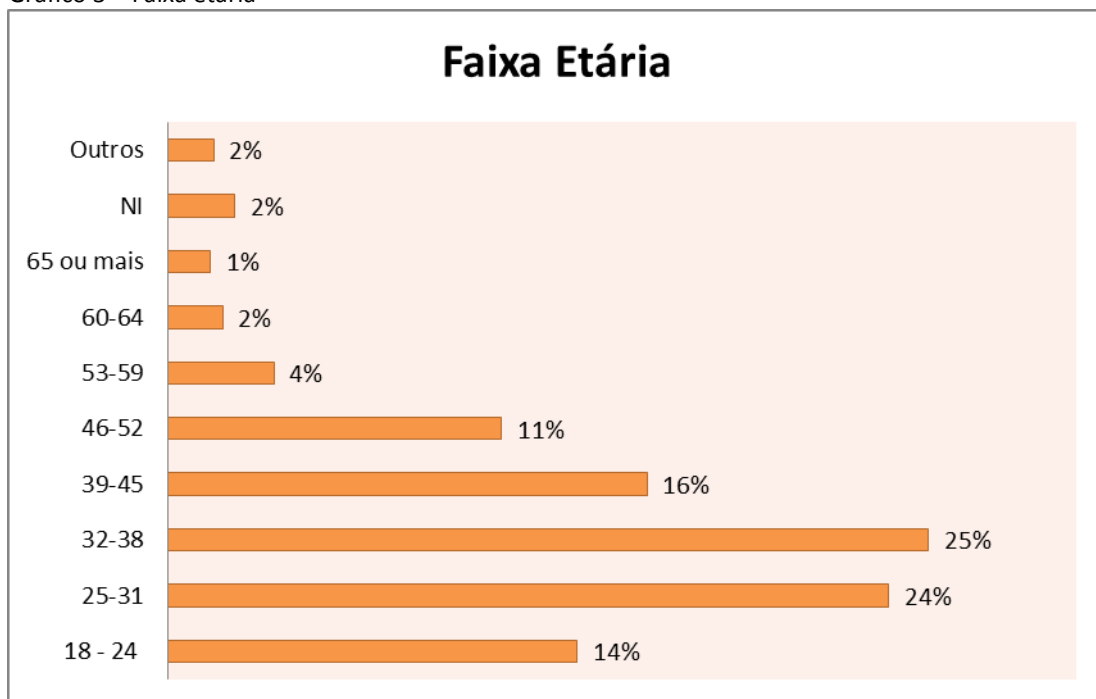
inferir que os atos cometidos pelos homens, na posição de senhores e donos das mulheres, tendem a ser potencializados quando se trata de mulheres casadas ou em uniões estáveis (BANDEIRA; ALMEIDA, 2006). No tocante às mulheres separadas que sofreram violência, é importante salientar que o rompimento da relação, muitas vezes, não implica o fim da violência. Os estudos sobre violência apontam que uma grande parcela de mulheres é morta no processo ou após a separação. O momento de denúncia, de tentativa de rompimento da relação, instaura-se como circunstância potencialmente letal para as mulheres se não tiverem acesso a estruturas institucionais de apoio (ALMEIDA, 1998).

A implantação, pelo poder público, de serviços qualificados da rede de atendimento

à mulher em situação de violência como Centros de Referência da Mulher, Delegacias de Atendimento à Mulher, Casas Abrigos e o cumprimento da Lei Maria da Penha são imprescindíveis para garantir o apoio e a proteção das mulheres nesse processo. Além disso, é fundamental a integração dos serviços da rede de atendimento para o combate da rota crítica, ou seja, da “[...] exposição da vítima a novas agressões, por debilidades dos sistemas protetivos; isolamento social e constantes deslocamentos visando à fuga da perseguição iniciada pelo agressor [...]” (CAMARGO; AQUINO, 2003, p. 41).

Em relação à faixa etária, observamos que, majoritariamente, as mulheres que procuraram o CRMEB tinham idades entre 18 a 45 anos, conforme mostra o Gráfico 3

Gráfico 3 – Faixa etária



No item Outros, estão inseridas menores de 18 anos, que são encaminhadas para atendimento no Conselho Tutelar.

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Não há dados publicados atualizados sobre o perfil das mulheres que acessam outros órgãos de atendimento em João Pessoa, como delegacias de atendimento à mulher, serviços de saúde, entre outros, mas, em um estudo realizado no período de 1987 a 1997, com registros da violência contra mulheres,

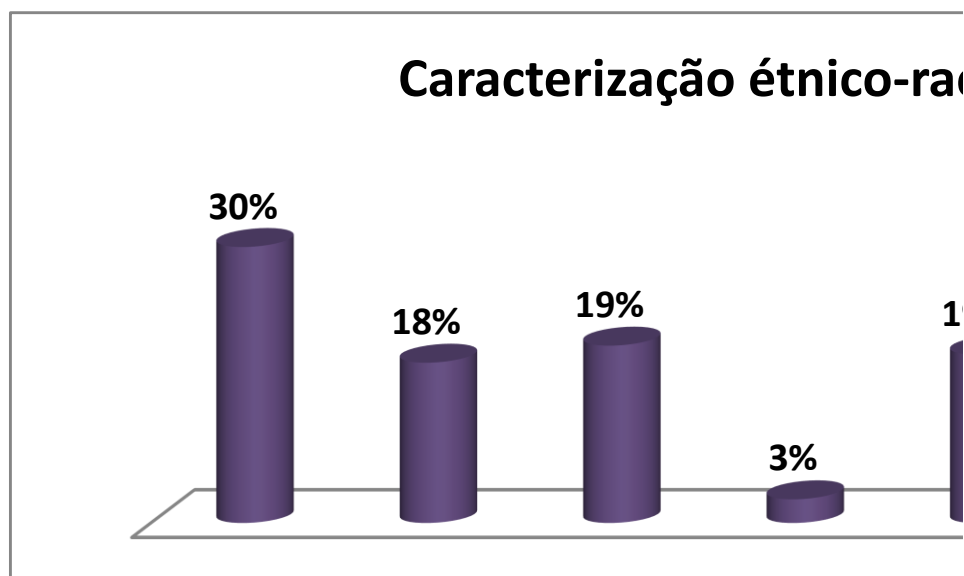
na Delegacia de Atendimento à Mulher (DEAM), na capital, observou-se também um maior índice de procura à DEAM, nas faixas etárias de 18 a 37 anos (64%) (AMARAL et. al., 2001). A pesquisa empreendida por Waiselfisz (2012) demonstra que os homicídios de mulheres apresentam maior

preponderância na faixa de 15 a 39 anos, e o local de maior ocorrência, o mais perigoso, é a própria residência. Essas informações corroboram com os dados encontrados em nossa pesquisa referentes à faixa etária das mulheres que acessaram o equipamento. Estudos precisam ser realizados para aprofundar a questão.

Em relação à caracterização étnico-racial, constatou-se que 30% das mulheres se autodeclararam brancas; 18%, negras; 19%, pardas; 19%, outras, 3%, amarelas/indígenas,

e 11% não informaram (NI). Na categoria **Outras**, estão englobadas: morena, mestiça, moreninha, pretinha, marrom, cor de jambo, mulata, entre outros, o que evidencia a dificuldade de reconhecimento das mulheres com relação à sua caracterização étnico-racial, em decorrência do processo histórico do racismo em nosso país. Os dados somados de mulheres que se autodeclararam pardas, negras e outros, por exemplo, correspondem a 55%, ou seja, metade das mulheres que acessaram o CRMEB.

Gráfico 4 - Caracterização étnico-racial



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Em decorrência do processo histórico de marginalização social, de desvalorização de sua ancestralidade, identidade, cultura e negação de direitos (AQUINO, 2011), as mulheres negras apresentam maiores taxas de mortalidade materna, de má assistência nos serviços de saúde, menor acesso à educação, maior probabilidade de sofrerem violência sexual, como também menor índice de procura pelos serviços de atendimento em decorrência da dificuldade de acesso a eles (RUFINO, 2004; SILVA 2008; MOTA; BANDEIRA, 2010).

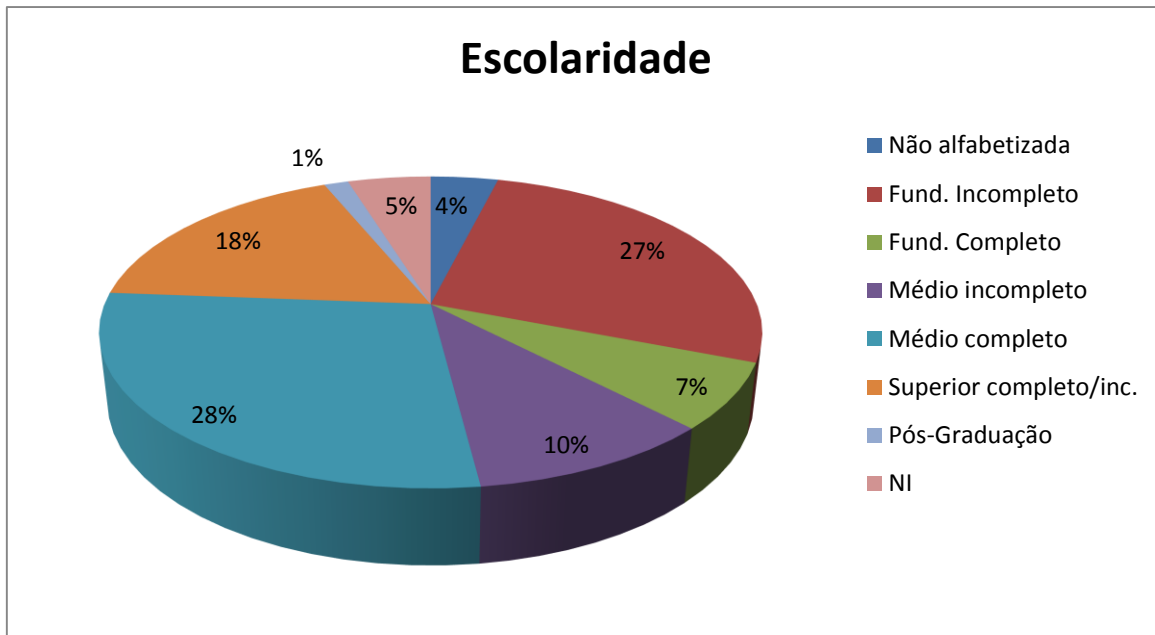
Importante aprofundar as investigações sobre racismo e violência de gênero, para compreender a dinâmica da violência vivenciada por mulheres negras e estabelecer

ações afirmativas condizentes com a diversidade das mulheres. Silva (2008), Moura (2009), Silveira, Nardi e Barbedo (2010) apontam que as mulheres negras são mais vulneráveis à violência em decorrência de terem menos “[...] acesso aos equipamentos sociais e de saúde pela forte marca do racismo nos assujeitamentos que constituem seus processos de subjetivação [...]” (SILVEIRA, NARDI, BARBEDO, 2010, p. 6). Os dados desta pesquisa serão desagregados e aprofundados, mas as informações preliminares apontam que o CRMEB precisa fortalecer o recorte étnico-racial em todas as suas ações. Para isso, deve realizar campanhas de prevenção e de enfrentamento à violência, específicas para mulheres negras, além de cursos e de

oficinas sobre a temática para as usuárias e para toda a equipe técnica do equipamento. “[...] O reconhecimento ‘oficial’ do racismo e do machismo, unido à proposição de uma política de gênero eficaz, aponta para possibilidades concretas de superação de tais desigualdades” (RIBEIRO, 2004, p. 87).

Quanto à escolaridade, observamos que 4% das mulheres não eram alfabetizadas; 27% tinham o fundamental incompleto; 7%, o fundamental completo; 10%, o ensino médio incompleto; 28%, completo; 18%, curso superior completo/incompleto; 1%, pós-graduação, e 5% não tinham registro da informação de escolaridade.

Gráfico 5 – Escolaridade

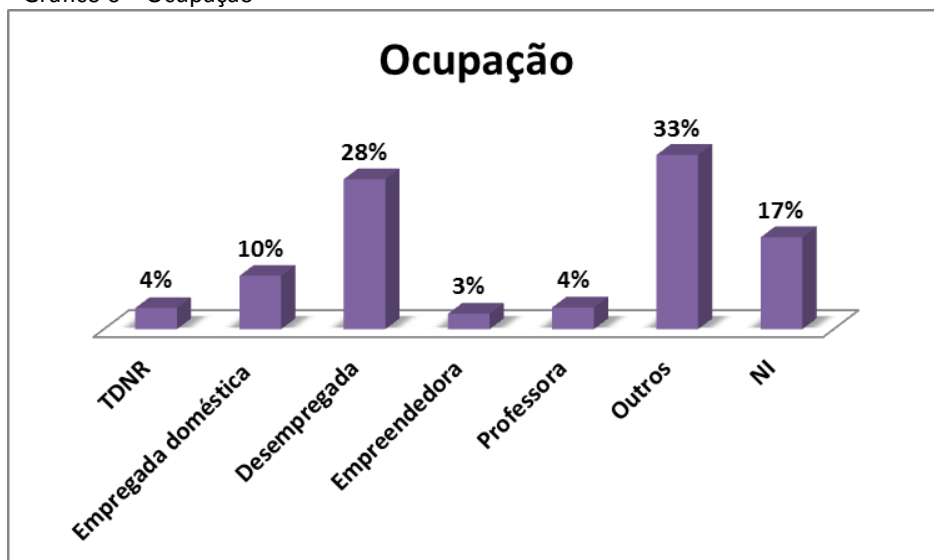


Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

De acordo com o Gráfico 6, no que concerne às categorias profissionais, 28% das mulheres estavam desempregadas; 10% declararam-se empregadas domésticas; 4% exerciam trabalho doméstico não remunerado; 4% eram professoras, e 3%, empreendedoras. A categoria outros, 33%, está composta por mulheres que exerciam as seguintes

atividades: cuidadoras, técnicas e auxiliares, cozinheiras, costureiras, aposentadas, pensionistas, entre outras ocupações, em geral, com baixa renda, sem seguridade social e com precarização nas relações de trabalho. Ressalta-se o alto índice de ausência de registro dessa categoria (17%).

Gráfico 6 – Ocupação

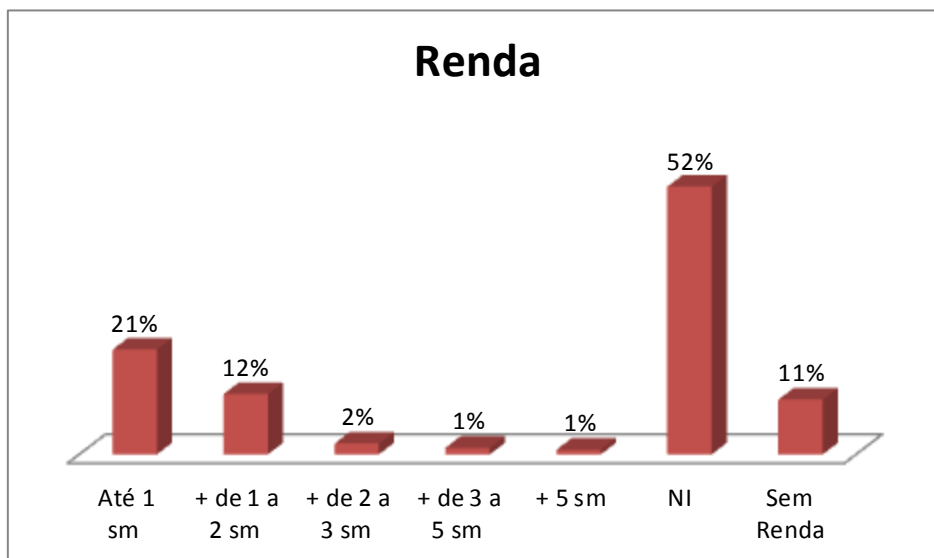


A sigla TDNR, apresentada no gráfico 4, significa Trabalho Doméstico Não Remunerado.
 Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

No tocante à renda, 21% das mulheres afirmaram que percebem até um salário mínimo (SM), 12%, um a dois SM, 11% não têm renda, e somente 4% tinham renda entre dois e cinco SM. Destaca-se o alto índice do dado “Não informa” que chega a 52%. A falta

de registro de mais da metade dos dados dessa variável prejudica o mapeamento mais efetivo da situação econômica e, conseqüentemente, o planejamento de ações para o empoderamento das mulheres.

Gráfico 7 – Renda



Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

De forma geral, os resultados apresentados nos gráficos 5, 6 e 7 evidenciam o alto grau de vulnerabilidade social em que as mulheres estão inseridas: baixo nível de escolaridade, precariedade da ocupação profissional e econômica e informalidade. Esse aspecto reforça que o CRMEB não deve atuar de

forma isolada, porquanto a interseccionalidade de diversas áreas, como Educação, Segurança Pública, Cultura, Justiça e Saúde, Inclusão Social, e a participação da Universidade são imprescindíveis para se enfrentar a situação de exclusão, que dificulta o exercício da autonomia das mulheres em diversos âmbitos

e aumenta a vulnerabilidade para romper com a situação de violência.

A Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres (SPPM), do município de João Pessoa, e a Secretaria Estadual da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH), do Estado da Paraíba, vêm desenvolvendo ações para alterar esse cenário, com destaque para o Programa de Alfabetização e Elevação da Escolaridade das Trabalhadoras Domésticas e Usuárias do Centro de Referência da Mulher, a linha de crédito Empreender Mulher, acesso à habitação, o Programa de Capacitação para a Rede de Atenção às Mulheres Vítimas de Violência, o Portal da Violência e a Casa Abrigo Aryane Thaís, administrada pelo governo do estado, dentre outros¹².

Importante destacar que o panorama estatístico apresentado não indica que a violência de gênero está atrelada a mulheres de classes sociais menos favorecidas. A violência de gênero é transversal, é perversamente um “[...] fenômeno democraticamente distribuído” (SAFFIOTI; ALMEIDA, 1995). O que se pode deduzir é que o CRMEB tem sido acessado, sobretudo, pelas mulheres mais excluídas socialmente, uma vez que a situação de vulnerabilidade social e econômica dificulta o acesso a atendimento terapêutico, a advogados/as, entre os demais serviços ofertados pelo equipamento. Portanto, podemos apontar que o órgão tem se configurado como ação afirmativa de inclusão social e resgate da cidadania feminina.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A informação é fator impulsionador no processo de tomada de decisões e no planejamento e controle social de políticas públicas. Uma ferramenta imprescindível para se fortalecer o monitoramento e aprimorar ações que visam alterar a desigualdade que

afeta a vida de milhares de mulheres cotidianamente em decorrência de padrões hierárquicos de gênero.

Este trabalho se caracterizou como estudo original a partir da gestão da informação no enfrentamento à violência contra mulheres no CRMEB. As variáveis aqui apresentadas fazem parte de um universo maior de informações, que aprofundaremos posteriormente, para que possamos compreender a dinâmica da violência vivenciada pelas mulheres que acessam o CRMEB.

As informações estatísticas têm como pano de fundo a perversa violência cotidiana vivenciada por Anas, Marias e Sofias... que, com coragem, procuram o CRMEB e enfrentam o medo, as dores, a vergonha, o isolamento, a impunidade e a naturalização que perpassam a violência. Durante todo o processo de desenvolvimento desta pesquisa, observamos que o CRMEB assume papel central, na perspectiva de acolher e de fortalecer as mulheres de forma humanizada, para que resgatem a autoconfiança, a autoestima e a autonomia.

O órgão vem assumindo papel significativo no atendimento às mulheres em situação de violência, mas não deve atuar de forma isolada, a articulação de diversas áreas: educação, geração de trabalho e renda, segurança pública, inclusão social, cultura, justiça, saúde, dentre outras, é imprescindível para garantir a autonomia das mulheres e o enfrentamento à violência, como evidenciado nas informações descritas. Outra questão a ser desenvolvida incide no fortalecimento da gestão da informação para aperfeiçoar o fluxo de informação no âmbito da organização e as práticas informacionais sobre a existência e o tipo de serviço oferecido pelo equipamento.

No CRMEB, a sistematização das informações, através do banco de dados criado, poderá contribuir para suprir lacunas nos registros uniformização das fichas de atendimento e

¹²Para mais informações sobre as ações desenvolvidas, consultar o <http://www.violenciacontramulher.pb.gov.br/> (Portal da Violência da SEMDH) e <http://www.joaopessoa.pb.gov.br/secretarias/mulheres/> (Secretaria de Políticas Públicas para Mulheres do município).

para o delineamento das prerrogativas da Lei Maria da Penha 11.340/06, a fim de que a União, os estados e os municípios promovam estatísticas relativas às causas, às consequências e à frequência da violência, para o monitoramento das políticas públicas.

Nessa perspectiva, este trabalho pode contribuir com o estudo dos processos sociais de produção e comunicação da informação e propor ações de informação em rede. Acreditamos, então, que a Ciência da Informação, em seus pressupostos, de disseminar, democratizar e intercambiar informações, é grande aliada para fortalecer as políticas públicas, no que diz respeito à prevenção, à publicização e à garantia dos direitos humanos das mulheres.

REFERÊNCIAS

- 10 ANOS da adoção da convenção interamericana para prevenir, punir e erradicar a violência contra a mulher: Convenção de Belém do Pará. Brasília: AGENDE, 2004. Disponível em: <<http://www.agende.org.br/revistaConvenBelémdoPará.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2005.
- ALMEIDA, S. **Femicídio**: algemas (in) visíveis do público-privado. São Paulo: Reivinter, 1998.
- AMARAL, C. C. G. et al. **Dores visíveis**: violência em delegacias da mulher no Nordeste. Fortaleza: REDOR/NEGIF/UFC, 2001.
- ARAÚJO, V. M. R. H. Sistemas de Informação: nova abordagem teórico-conceitual. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: <<http://dici.ibict.br/archive/00000141/01/Ci%5B1%5D.Inf-2004-577.pdf>>. Acesso em: 15. nov. 2007.
- AQUINO, M. A. A responsabilidade ético social como princípio de inclusão de negros (as) nas universidades públicas. In: AQUINO, M. A.; GARCIA, J. N. R. (Org.) . **Responsabilidade étnico-racial das universidades públicas e a educação da população negra**. João Pessoa: UFPB, 2011. p 43-60.
- BANDEIRA, L.; SUÁREZ, M. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. (Orgs). **Gênero, democracia e sociedade brasileira**. São Paulo: FCC, 2002. p. 295-319.
- BANDEIRA, L.; ALMEIDA, T. M. C. A violência contra as mulheres: um problema coletivo e persistente. In: LEOCÁDIO, E.; LIBARDONI, M. (Orgs.). **O desafio de construir redes de atenção às mulheres em situação de violência**. Brasília: AGENDE, 2006.
- BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Centro de Referência de Atendimento à Mulher. **Norma Técnica de Padronização**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Brasília: [s.n.], 2006.
- _____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/publicacoes-teste/publicacoes/2011/rede-de-enfrentamento>>. Acesso em: 08 jul. 2012.
- CAMARGO, M.; AQUINO, S. Políticas públicas estratégicas na proteção às mulheres. In: BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - **Diálogos sobre a violência doméstica e de gênero**: construindo políticas para as mulheres. Brasília: [s.n.], 2003.
- CAPURRO, R.; HJORLAND, B. O conceito de informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v.12, n.1, p.148-207, abr. 2007. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/54>>. Acesso em: 27 ago.2012
- CHOO, C. W. **Gestão da informação para a organização inteligente**. A arte de explorar o meio ambiente. Lisboa: Caminho, 2003.
- DUARTE, E. N.; SILVA, A. K.; COSTA, S. Q. Gestão da informação e do conhecimento: práticas de empresa “excelente em gestão empresarial” extensivas a unidades de informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 17, n. 1, p. 97-107, 2007.

FERREIRA, H. R. S. Discutindo as bases de dados nacionais sobre a violência. In: ALMEIDA, S. S. (Org.). **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007. p. 213-230.

FERREIRA, M. F. O profissional da informação no mundo do trabalho e as relações de gênero. **Transinformação**, Campinas, v. 15, p. 189-201, 2003.

FREIRE, I. M. O olhar da consciência possível sobre o campo científico. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 50-59, jan./abr. 2003.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado 2010**. [S. l.]: SESC, 2010. Disponível em: <<http://www.fpa.org.br/o-que-fazemos/pesquisas-de-opinio-publica/pesquisas-realizadas/pesquisa-mulheres-brasileiras-nos-es->> Acesso em: 17 set. 2012.

GARCIA, J. C. R. Gestão e tecnologia da informação: desafios do profissional da informação. **Datagramazero**, Rio de Janeiro, v. 9, n.5, out. 2008. Disponível em: <http://www.dgz.org.br/out08/Art_01.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

GARCIA, J. C. R.; TARGINO, M. G; DANTAS, E. R. F. Conceito de responsabilidade social da Ciência da Informação. **Informação & Informação**, v. 17, p. 1-25, 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/12309/11372>>. Acesso em: 20 set. 2012.

GREGORI, M. F. **Cenas e Queixas**. Um estudo sobre as mulheres, relações violentas e a prática feminista. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

LE COADIC, Y. F. **A Ciência da Informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 2004.

LIMA, W. Mídias sociais conectadas e social machines. In: BRAMBILLA, A. (org.). **Para entender as mídias sociais**. São Paulo: VNI, 2011. p. 24-27. Disponível em: <paraentenderasmidiassociais.blogspot.com/> . Acesso em: 10 jun. 2012.

NASCIMENTO, D. M; MARTELETO, R. M. A informação construída nos meandros dos conceitos da Teoria Social de Pierre Bourdieu.

DataGramZero, Rio de Janeiro, v.5, n.5, out. 2004. Disponível em: <www.dgz.org.br/out04/Art_05.htm>. Acesso em: 10 jul. 2012.

NJAINE, K. et al. A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n.3, p. 405-414, set.1997.

NÚMEROS de mulheres mortas na PB em 2012 supera todo 2011, diz ONG. **G1 Paraíba**, Paraíba, 20 jun. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/paraiba/noticia/2012/06/numero-de-mulheres-mortas-na-pb-em-2012-supera-todo-2011-diz-ong.html>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

MINAYO, M. C.; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? **Caderno de Saúde Pública**, São Paulo, v. 9, n. 3, p. 239-262, 1993.

MORAES, M. L. Q. **Feminismo, movimento de mulheres e a (re) construção da democracia em três países da América Latina**. Campinas: IFCH, 2003.

MOTA, M. D. B.; MADEIRA, M. Z. A. **Feminino e feminicídio**. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2010.

MOURA, M. J. A produção de sentidos sobre a violência racial no atendimento psicológico a mulheres que denunciam violência de gênero. 149 f. 2009. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2009.

MOVIMENTO FEMINISTA E DE MULHERES DA PARAÍBA. Dossiê sobre a violência contra as mulheres na Paraíba. 2012.

OLINTO, G. Indicadores de gênero para a sociedade do conhecimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 7., 2006, Marília. **Anais eletrônicos...** Marília: Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da UNESP, 2006. 1 CD-ROM.

OLIVEIRA, E. M. et al. Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo. **Revista Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 376-382, jun. 2005. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v39n3/24790.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2011.

OLIVEIRA, Z. L. C. Política de informação na área de gênero. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 5., 2004. **Anais Eletrônico...** Salvador: UFBA; 2005. Disponível em: <http://www.cinform.ufba.br/v_anais/artigos/zul_eicacavalcante.html>. Acesso em: 12 ago. 2012.

OKABE, I.; FONSECA, R. M. G. S. Violência contra a mulher: contribuições e limitações do sistema de informação. **Revista Escola de Enfermagem**, São Paulo, v.43, n.2, p. 453-458, 2009.

PASINATO, W. "Femicídios" e as mortes de mulheres no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 37, p. 219-246, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n37/a08n37.pdf>>. Acesso em: 3 ago. 2012.

PRÁ, J. R. Metodologias feministas, gênero, políticas públicas e o monitoramento da Lei Maria da Penha. In: RIAL, C.; PEDRO, J. M.; FAVERO, S. M. **Diversidades**. Santa Catarina, Mulheres, 2010. p. 81-102.

RABAY, G.; CARVALHO, M. E. P. Participação da mulher no Parlamento brasileiro e paraibano. **Org & Demo**, Marília: Unesp, v. 12, p. 5-120, 2011. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/issue/view/51>. Acesso em 26 ago. 2012.

REZENDE, D. A.; ABREU, A. F. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**: o papel estratégico da informação e dos sistemas de informação nas empresas. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

RIBEIRO, M. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, G.; RECAMAN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.) **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 87-105, 2004.

RUFINO, A. **Pancada de amor dói. E muito. Violência contra a mulher e saúde**, São Paulo: Casa da Cultura da Mulher Negra, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O; BRUSCHINI, C. (Org.). **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p. 183-215.

_____. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAFFIOTI, H. I. B.; ALMEIDA, S. S. **Violência de Gênero: Poder e Impotência**. Rio de Janeiro: Revinter, 1995.

SANTOS, E. P. Os estudos de gênero na Ciência da Informação. **Em Questão**, Santa Catarina, v. 14, n. 2, p. 317-332, dez.2008. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/6389/4744>>. Acesso em: 14 abr. 2011.

SANTOS, M. C.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. **Revista Estudos Interdisciplinares de America Latina y El Caribe**, Tel Aviv, v. 16, n.1, p. 147-164, 2005.

SCAVONE, L. Feminismo contemporâneo y democracia em Brasil. In: FAURÉ, C. **Enciclopedia Histórica y Política de las Mujeres**. Europa y América. Madrid: AKAL, 2010. p. 733-753.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**, Porto Alegre, v. 16, p. 5-22, 1990.

SILVA, P. M. Sistemas de informação em bibliotecas: o comportamento dos usuários frente às novas tecnologias de informação. **Rev. digit. bibl. cienc. inf.**, Campinas, v.5, n. 2, p. 41-64, jul./dez. 2007.

SILVEIRA, L. P. Serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. In: DINIZ, S. G; SILVEIRA, P. L.; MIRIN, L. A. L. (Orgs.). **Vinte e cinco anos de respostas brasileiras em violência contra a mulher**: alcances e limites. São Paulo: Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, 2006, p. 45-77.

SILVEIRA, R.S, NARDI, H.C, BARBEDO, C. G. Violências contra as mulheres e a Lei Maria da Penha: problematizações sobre as articulações entre gênero e raça. In: FAZENDO GÊNERO 9. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/a>

nais/1278115895_ARQUIVO_raquel_da_silva_silveira_modelo_fazendo_genero.pdf Acesso em: 08 ago. 2012.

SILVA, T. M. **A cor da violência: mulheres negras e violência doméstica no município de João Pessoa/PB.** 2008. 103f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba - João Pessoa, 2008.

SOARES, S.; SARDENBERG, C. A história de uma mulher contada através de marcadores sociais: “a experiência como lugar de contestação.” In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE E DE GÊNERO DA ABEH, 2012, Salvador. **Anais eletrônicos...** Salvador: Universidade Federal da Bahia. Disponível em: <http://www.abeh.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=127&Itemid=105>. Acesso em: 12 set. 2012.

SUAREZ, M; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295-320.

SUAREZ, M; BANDEIRA, L. A politização da violência contra a mulher e o fortalecimento da cidadania. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs.). **Gênero, democracia e sociedade brasileira.** São Paulo: FCC/Editora 34, 2002. p. 295-320.

TARAPANOF, K. (Org.). **Inteligência organizacional e competitiva.** Brasília: UNB, 2001.

TARAPANOFF, K. et. al. Sociedade da informação e inteligência em unidades de informação. **Ciência da Informação,** Brasília, v.29, n.3, p.91-100, set./dez. 2000.

TELES, M. A. A; MELO, M. **O que é violência contra a mulher.** São Paulo: Brasiliense, 2003.

THIOLLENT, M. **Pesquisa-ação nas organizações.** São Paulo: Atlas, 1997.

VALENTIM, M. L. P. Processo de inteligência cognitiva organizacional. In:_____. Informação, conhecimento e inteligência organizacional. Marília: fundepe editora. 2006, p. 9-24.

VENTURI, G.; RECAMÁM, M.; OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VILLELA, W. Mulher, violência e AIDS: explorando interfaces. In: NILO, A. (Org.). **Mulher, violência e AIDS.** Recife: Gestos, 2008. p.107-126.

WAISELFIZ, J. J. **Mapa da violência 2012: Atualização Homicídio de Mulheres no Brasil.** São Paulo: Flacso: Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/images/stories/PDF/pesquisas/MapaViolencia2012_atual_mulheres.pdf>. Acesso em: 13 set. 2012.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos especiais à equipe do Centro de Referência da Mulher “Ednalva Bezerra” e da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, pela disponibilidade em colaborar com a realização desta pesquisa e pelo acolhimento carinhoso desde o contato inicial, em julho de 2011.

Dados sobre autoria

*Profª. do Departamento de Ciência da Informação da UFPB. Doutora em Sociologia.
E-mail: giselerochacortes@gmail.com

**Graduanda do 4º período de Biblioteconomia da UFPB.
E-mail: cristiana2012.felix@gmail.com

***Graduanda do 7º período de Biblioteconomia da UFPB.
E-mail: cristinakarla6@gmail.com

Artigo enviado em setembro de 2012 para a edição especial da [revista](#).